ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITUPORANGA
EDITAL Nº 001/2014 (adm)

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 ADM

O Prefeito do Município de Ituporanga, no uso de suas atribuições, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. As decisões dos recursos contra as questões das provas escritas objetivas seguem no quadro abaixo:

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0299	Servente	**37**	A questão apresenta duas alternativas corretas e duas incorretas.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 001.** A questão tem somente uma alternativa incorreta, ou seja, a letra "C", porém o enunciado da questão é falho, pois não solicita para ser assinalada a alternativa incorreta, sendo assim defere-se o recurso, anulando-se a questão. **QUESTÃO ANULADA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0459	Motorista	**37**	A questão apresenta resposta incorreta.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 002** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. Questionada por um único candidato. 1. A única alternativa a ser assinalada é alternativa "D", que faz referencia à placa de sinalização indicativa com cunho educativo, conforme o próprio candidato afirma em seu recurso. 2. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 160, DE 22 DE ABRIL DE 2004, do CONTRAN, a sinalização vertical é classificada de acordo com sua função, compreendendo os seguintes tipos: - Sinalização de Regulamentação; - Sinalização de Advertência; e - Sinalização de Indicação; 3. De acordo com a mesma resolução a sinalização de indicação tem por finalidade identificar as vias e os locais de interesse, bem como orientar condutores de veículos quanto aos percursos, os destinos, as distâncias e os serviços auxiliares, podendo também ter como função a educação do usuário. Suas mensagens possuem caráter informativo ou educativo. e divide-se em: Placas de Identificação, Placas de Orientação de destino, Placas educativas, placas de serviços auxiliares, placas de atrativos turísticos. 4. Portanto a questão está correta, indefere-se o recurso. **QUESTÃO MANTIDA**		

CARGOS DE ENSINO MÉDIO - CONHECIMENTOS GERAIS

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0255 - 0367	Todos de nível médio	**10** Língua Portuguesa	A resposta correta seria a alternativa B e não A como consta no gabarito.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 003** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A questão solicita a forma correta de se dirigir a um juiz de direito, ou seja, a forma de tratamento correta. 2. Baseando-se na gramática e em dicionários (Caldas Aulete, Aurélio, Houaiss, Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Celso Cunha, etc.), leia-se em qualquer um deles, ou em		

	qualquer outro: Meritíssimo, adjetivo (aquilo que qualifica um substantivo ou pronome) superlativo de mérito, ou seja; "que tem muito mérito, usado no tratamento que se dá aos juízes". 3. E ainda de acordo com a gramática de Faraco e Moura a referência correta a um juiz de direito é MERITÍSSIMO Juíz, sendo "A" forma de tratamento consagrada na linguagem jurídica, reforçado pela página 29, item 5 da referência citada pelo candidato 0367. 4. Porém várias fontes inclusive o Manual de Redação da Presidência da República, indica como correta a forma de tratamento "Vossa Excelência." 5. Considerando que a alternativa "a" cita apenas "meritíssimo" e não "meritíssimo juiz" e "B" traz apenas "excelência" e não "vossa excelência", considera-se que as alternativas estejam incompletas, ou que haja duas alternativas a ser consideradas corretas, desta forma anule-se a questão. **QUESTÃO ANULADA**

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0283 - 0367	Todos de nível médio	**20** conhecimentos gerais	A questão difere da pesquisa realizada pelo IPEA.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 004** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A única alternativa que apresenta a frase correta, da pesquisa do IPEA é alternativa "A". 2. A Alternativa está de acordo com a pesquisa originalmente divulgada, sendo seu resultado considerado "preocupante". Somente após a grande repercussão na mídia é que o IPEA se retratou. 3. Independentemente de serem 26% ou 65%, a resposta correta para a questão que solicita "a frase" da referida pesquisa, não se altera. 4. A questão deve ser mantida. Recurso indeferido. **QUESTÃO MANTIDA**		

CARGOS DE ENSINO MÉDIO - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0049	Técnico de Enfermagem	**49**	A questão apresenta resposta incorreta.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 005** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A única alternativa que responde corretamente ao enunciado da questão é letra "D". 2. A candidata alega que na região ventroglutea pode-se aplicar no máximo 5ml, traz literatura de COREN-DF ano 2004. 3. O Coren-SP, ano de 2010 aborda que para a região ventroglutea em adulto é no máximo de 4ml. 4. Desta forma, aceita-se a literatura mais recente, ou seja a do ano de 2010. 5. Pelo exposto, **indefere-se** o pedido. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0258 - 0006	Técnico de Enfermagem	**53**	A questão não apresenta resposta correta.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 006** Assiste razão às candidatas. Não há alternativa que responda corretamente o enunciado da questão, sendo a resposta correta, 3,75 ml. Recurso deferido, anule-se a questão. **QUESTÃO ANULADA**		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITUPORANGA
EDITAL Nº 001/2014 (adm)

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR – CONHECIMENTOS GERAIS

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0179	Todos de nível superior	**03** Língua Portuguesa	Alega que o termo "imprecativa" não existe.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 007** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A única alternativa que responde corretamente a questão é letra "D". 2. Segundo a gramática de FARACO E MOURA há o tipo de frase denominado IMPRECATIVO. Esta se caracteriza pela manifestação de sentimentos ou sensações pungentes em relação a algo ou alguém. Portanto, não se deve confundir o exemplo dado com o de frase imperativa, pois no caso aludido no exemplo, não se dá uma ordem (o que seria o caso de frase imperativa), mas se faz uma prece (portanto, o caso de frase IMPRECATIVA). 3. Assim sendo, **INDEFERE-SE** o pedido de recurso. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0179	Todos de nível superior	**09** Língua Portuguesa	A questão apresenta duas alternativas corretas, A e B.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 008** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A única alternativa que responde corretamente a questão é letra "B". 2. Embora não se possa negar em um ou outro momento o afloramento de sentimentos de foro íntimo, OS LUSÍADAS constituem-se sobretudo como uma EPOPÉIA, tratando de maneira mais objetiva do que na lírica os feitos e façanhas do povo português, principalmente suas conquistas marítimas. 3. Assim, está equivocado quem o considera um gênero lírico, onde se dá a irrupção da subjetividade, como também o dramático em que se perpetua a cena trágica. Sem esquecer o gênero epistolar, que também não condiz com a obra de Camões por ela não se tratar de um conjunto de cartas. 4. Por tudo o que isto que foi acima exposto, **INDEFERE-SE** o pedido de recurso. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0431 – 0397 0051 – 0057 0557 – 0228 0204	Todos de nível superior	**11** Matemática	A questão não possui alternativa correta.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 009** Assiste razão aos candidatos, a resposta correta seria 3h e 30 min, a qual não consta entre as alternativas apontadas. Assim sendo, **DEFERE-SE** o pedido de recurso. **QUESTÃO ANULADA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0431 – 0051	Todos de nível superior	**12** Matemática	A questão não possui alternativa incorreta.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 010** Não assiste razão aos candidatos, seguindo a regra a pessoa andará 5 km para frente (durante o dia) e voltará 4 km (durante a noite). Sendo assim andará 1 km por dia. Logo no final do 34º dia ela terá percorrido 34 km, ao andar para frente no 35º dia ela atingirá o quilômetro 39, não		

	precisando retornar os 4 km, pois 34 + 5 = 39. Assim sendo, **INDEFERE-SE** o pedido de recurso. **QUESTÃO MANTIDA**

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0506 - 0523	Todos de nível superior	**16** Gerais e atualidades	
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 011** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos. 1. A questão pede para assinalar a alternativa incorreta. 2. A única afirmativa incorreta é alternativa "C", de acordo com o site http://www.mds.gov.br/ 3. O edital do concurso no anexo III do conteúdo programático estabelece: "Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital.", Sendo que de acordo com o decreto 8232/14 o reajuste terá efeito a partir de 01 de junho de 2014. 4. E ainda "C" permanece incorreto, pois não superior a R$ 70,00, e sim inferior, e também porque mesmo após o reajuste, é incorreta pois os valores são variáveis de acordo com o número de filhos do beneficiário e pode ser inferior a R$ 70,00 ou superior a este valor. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0431 – 0535 **0640 – 0051** **0179 – 0204** **0057 – 0470**	Todos de nível superior	**26** Legislação	A questão apresenta duas alternativas corretas, C e D.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 012** Assiste razão aos Recorrentes. Além da alternativa C, a alternativa D também apresenta-se incorreta, vez que a Constituição Federal (art. 14, § 3º, inciso VI, alínea c) estabelece como condição de elegibilidade do Prefeito a idade mínima de **vinte e um** anos e não **vinte e cinco** como constou da questão. Ante o exposto, **defere-se** o pedido para anular a questão por apresentar duas respostas possíveis para o enunciado proposto, as opções C e D. **QUESTÃO ANULADA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0640 – 0204	Todos de nível superior	**31** Legislação	A questão apresenta duas alternativas corretas, A e B.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 013** O art. 171 da Lei Orgânica de Ituporanga em versão impressa, estabelece que os serviços públicos de saúde serão realizados preferencialmente através de serviços públicos e complementarmente por serviços de terceiros. Dessa forma, a alternativa A da questão estaria em desacordo com a Lei Orgânica. Contudo, em consulta ao mesmo dispositivo da Lei Orgânica em vigor, disponível no sítio oficial do município (<http://www.normalegal.com.br/camaraituporanga/normas/LOM0000130031990.html>, acesso em 21/05/2014, 21:30h), e http://www.legislacaomunicipal.com/mostra_leis.php?municipio=83102640000130&classificacao=Todas&numero=&data1=&data2=&autor=&palavra=org%E2nica&ordem=DATASANCIO%2CLEI&ordem2=A.CNPJ&total_reg=10&buscar.x=44&buscar.y=11 acessado em 25/05/2014 'as 19h28, estabelece: Art. 171 – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente através de serviços de		

	terceiros. Outras fontes foram consultadas, sendo que existe duas versões para o mesmo artigo. Em consulta à Comissão Municipal de Concurso, para que contatasse o jurídico do Executivo e do Legislativo, estes confirmaram a existência de duas versões, sem que houvesse uma Emenda de alteração do referido artigo, necessitando de revisão adequada para o fato. Ante o exposto, havendo divergência das fontes consultadas, a fim de que não sejam os candidatos prejudicados, esta banca decide pelo **deferimento** do pedido anulando-se a questão. **QUESTÃO ANULADA**

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0535 – 0179 **0110 – 0506**	Todos de nível superior	**35** Legislação	A questão apresenta duas alternativas corretas, A e B. A questão possui apenas 3 alternativas.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 014** 1. Não assiste razão aos Recorrentes. Alegam a existência de duas respostas adequadas para o enunciado, quais sejam, opções A e B. 2. A opção A está incorreta porque nela se afirma que, segundo as disposições a Lei Complementar Municipal nº 20/2008 (Estatuto do Servidor), a sindicância poderá resultar em qualquer das penalidades previstas na referida lei complementar. Contudo, dispõe o art. 226, inciso II da referida lei: **Art. 226.** Da sindicância poderá resultar: *[...]* II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, mediante procedimento sumário; A sindicância não poderá resultar em aplicação da penalidade de demissão ou suspensão por mais de mais de trinta dias, por exemplo, dentre outras. Logo, não é qualquer das penalidades previstas na lei, mas apenas aquelas ali mencionadas. Ante o exposto, **indefere-se** o pedido mantendo-se a questão e a resposta divulgada (opção B). 3. Quanto à alegação de erro de digitação, com ausência da letra “D” na última alternativa, no cargo de Assistente Social, o erro material verificado é erro sanável, passível de compreensão, visto que em nada altera a capacidade de entendimento ou escolha do candidato pela alternativa a ser assinalada, a qual é a letra “B”, como acima justificado. 4. Recursos indeferidos. **QUESTÃO MANTIDA**		

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0204	Advogado	**42**	A questão apresenta duas alternativas corretas, C e A.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 015** Não assiste razão ao recorrente. Aduz que a além da opção C, a opção A também está correta, pois os atos administrativos expedidos com vício de legalidade são nulos e, consequentemente, não geram direitos. Veja-se que na opção A afirmou-se que "Na anulação do ato administrativo, por se tratar de vício de legalidade, **não há espaço para observância do contraditório mesmo quando forem afetados interesses individuais**." (**Grifamos**) Está errado. Ao tratar do tema, José dos Santos Carvalho Filho se refere à decisão do STF e assevera: O STF já teve oportunidade de decidir que, quando forem afetados interesses individuais, ***"a anulação não prescinde da observância do contraditório, ou seja, da instauração de processo administrativo que enseja a audição daqueles que terão modificada situação já alcançada"***. Observa-se dos dizeres do aresto ter sido considerada indevida a anulação de ato administrativo por falta de oportunidade conferida aos interessados, de contraditar e rechaçar os motivos que justificam a conduta invalidatória. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. - 16ª ed.rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006, p. 136/137)		

	No mesmo sentido leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro: ... vai-se firmando o entendimento de que a anulação de ato administrativo, quando afete interesses ou direitos de terceiros, deve ser precedida do contraditório, por força do art. 5º, LV da Constituição. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. - 23ª ed. - São Paulo: Atlas, 2010, p. 200) Por fim, o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello: Não se anula ato algum *de costas para o cidadão, à revelia dele*, simplesmente declarando que o que fora administrativamente decidido (ou concertado pelas partes) passa a ser de outro modo, sem ouvida do que o interessado tenha a alegar na defesa de seu direito. (MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. - 30ª ed. - São Paulo: Malheiros, 2013, p. 472) Da jurisprudência: *[..]* 3. Se da anulação do ato administrativo puder resultar prejuízos ao administrado, a ele deve ser assegurado o devido processo legal, com as garantias do contraditório e da ampla defesa. *[...]* (STJ. MS 11.011/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 25/03/2014) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União **asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação** ou revogação **de ato administrativo que beneficie o interessado**, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. (STF. Súmula Vinculante nº 3) **Grifamos** Portanto, ao contrário do afirmado na alternativa A, há espaço para observância do contraditório em tais situações. Ante o exposto, **indefere-se** o pedido mantendo-se a questão e a resposta divulgada (opção C). **QUESTÃO MANTIDA**

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0204	Advogado	**60**	A alternativa correta seria a letra A.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 016** Não assiste razão ao Recorrente. Na alternativa A, diz-se que "A coação moral irresistível é uma excludente de ilicitude.". Todavia, a coação moral irresistível é uma excludente de culpabilidade conforme se depreende da própria fundamentação doutrinária e jurisprudencial apresentada pelo candidato, mas não de ilicitude. Em regra, as excludentes de ilicitude estão previstas no art. 23 do Código Penal, o qual não inclui a coação moral irresistível. Sabendo que o enunciado solicita a indicação da opção correta, a impugnação não merece prosperar. Ante o exposto, **indefere-se** o pedido mantendo-se a questão e a resposta divulgada (opção D). **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0470	Assistente Social	**37**	A questão apresenta duas respostas corretas, C e D
Decisão DEFERIDO	**Parecer 017** A candidata insurge-se contra a questão 37, afirmando que a referida questão traz mais duas respostas corretas, as letras C e D, conforme consta no Código de Ética Profissional. Fundamenta sua pretensão no art. 5. (Código de Ética Profissional- Lei 8662/83) Artigo 5º - São deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários: a. contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões		

	institucionais; b. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código; c. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários; d. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e. informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; f. fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; g. contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; h. esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional; Lhe assiste razão. Pelo exposto, **defere-se** o pedido. **QUESTÃO ANULADA**

Inscrição	**Cargo**	**Questão**	**Alegação**
0179	Assistente Social	**42**	As alternativas deixam margem para dupla interpretação.
Decisão **DEFERIDO**	**Parecer 018** A candidata insurge-se contra a questão **42,** afirmando que as alternativas deixam margem para dupla interpretação, uma vez que a lei não menciona "Cópia de Certidão de Nascimento". Fundamenta sua pretensão no art. 39 da Lei Nº 12.594, de 18 de **janeiro de 2012.** Art. 39. Para aplicação das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, será constituído processo de execução para cada adolescente, respeitado o disposto nos arts. 143 e 144 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e com autuação das seguintes peças: I - documentos de caráter pessoal do adolescente existentes no processo de conhecimento, especialmente os que comprovem sua idade; e II - as indicadas pela autoridade judiciária, sempre que houver necessidade e, obrigatoriamente: a) cópia da representação; b) cópia da certidão de antecedentes; c) cópia da sentença ou acórdão; e d) cópia de estudos técnicos realizados durante a fase de conhecimento. Lhe assiste razão.Pelo exposto, **defere-se** o pedido. **QUETÃO ANULADA**		

Inscrição	**Cargo**	**Questão**	**Alegação**
0259	Enfermeiro	**36**	A questão está mal formulada.
Decisão **DEFERIDO**	**Parecer 019** A candidata contrapõe a questão alegando que a mesma foi mal formulada, já que a alternativa B afirma que puérperas são consideradas até 45 dias após o parto, e a alternativa aborda até o 3º mês. De acordo com o Manual Ferro, 2013, p. 11, mulheres em pós-parto devem fazer uso de sulfato ferroso até o 3º mês após parto e/ou aborto. Pelo exposto, aceita-se o pedido, compreendendo que esta alternativa poderia ser interpretada também como errada, por não descrever este período apenas como pós parto. Pelo exposto, **defere-se** o pedido. **QUESTÃO ANULADA**		

Inscrição	**Cargo**	**Questão**	**Alegação**

0132 - 0437	Enfermeiro	**40**	A questão está mal formulada, enunciado não condiz com a resposta.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 020** Candidatas alegam que a questão está correta, mas não tem relação com o enunciado que abrange a Testagem do HIV. De acordo com livro 75 perguntas que você sempre quis fazer sobre Aids e Direito, p. 14 a 16 abrange a temática testagem. E aborda que a testagem de doadoras de leite não é obrigatório, já que este é seguro após a pasteurização do mesmo, a questão esta incompleta e é aceito a justificativa do candidato. Desta forma anula-se a questão. Pelo exposto, **defere-se** o pedido. **QUESTÃO ANULADA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0437	Enfermeiro	**60**	A questão apresenta resposta incorreta.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 021** Candidata alega que candidemia não é um sinônimo de candidíase por se tratar de uma infecção sistêmica. Cabe destacar que o enunciado não especifica o aspecto clínico da doença, então ela pode ser oral, vaginal, intertrigo, paroníqia, onicomicose, como também invasiva. Desta forma, no Guia de Bolso das Doenças infecciosas e Parasitárias, 2010, do Ministério da Saúde, p. 109, traz como sinonímia: sapinho, candidemia e monilíase. Questão deve ser mantida. Pelo exposto, **indefere-se** o pedido. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0254	Fonoaudiólogo	**41**	A questão apresenta resposta incorreta.
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 022** Candidata interpõe questão, relatando que a alternativa correta havia necessidade de especificar que o direito em questão é referente a competência e atribuição. Tratando de uma interpretação errônea, já que o próprio código de ética da fonoaudiologia no art. 5 contém especificados os direitos gerais da profissão, tornando a alternativa C correta. Avaliando de forma geral, observa-se que as demais alternativas são consideradas responsabilidade do profissional, fica explícito os direitos, independentes da necessidade de especificá-lo. Questão mantém-se. Referencia: Código de ética da Fonoaudiologia. **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0254	Fonoaudiólogo	**53**	
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 023** O termo está correto, bem como sua definição conforme Dicionário de Fonoaudiologia acessado em http://henrydunant.estacio.br/dicionario/fono/indice.asp e conforme Mini Dicionário de termos usados em FONOAUDIOLOGIA acessado em: http://www.fonoefisiodomicilio.com.br/resources/mini%20dic%20fonoaudiologia.pdf E ainda em http://saibamaisfonohospitalar.blogspot.com.br/2010/11/mini-dicionario-de-fonoaudiologia.html **QUESTÃO MANTIDA**		

Inscrição	Cargo	Questão	Alegação
0254	Fonoaudiólogo	**58**	
Decisão INDEFERIDO	**Parecer 024** O termo está correto, bem como sua definição conforme Dicionário de Fonoaudiologia acessado em http://henrydunant.estacio.br/dicionario/fono/indice.asp e conforme Mini Dicionário de termos usados em FONOAUDIOLOGIA acessado em: http://www.fonoefisiodomicilio.com.br/resources/mini%20dic%20fonoaudiologia.pdf E ainda em http://saibamaisfonohospitalar.blogspot.com.br/2010/11/mini-dicionario-de-		

	fonoaudiologia.html **QUESTÃO MANTIDA**

Inscrição	Cargo	Questão	
0640	Psicólogo	**38**	A questão apresenta resposta incorreta. Havendo mais de uma alternativa a ser assinalada.
Decisão DEFERIDO	**Parecer 025** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa, com recurso apresentado por um único candidato. 1. A questão solicita para assinalar "a análise de cargos **não** abrange as seguintes técnicas:".. 2. A questão considera na alternativa "b", "reuniões", sendo que a mesma não pode ser considerada uma técnica ou um método de análise se cargos e sim poderia ser uma forma de coletar dados. 3. Considerando que haja mais que uma alternativa a ser assinalada, anule-se a questão. **QUESTÃO ANULADA**		

:"

Ituporanga (SC), 26 de maio de 2014

Arno Alex Zimmermann Filho
Prefeito Municipal